



renova
> ENERGIA



Demonstrações financeiras

31/12/2025

Renova Comercializadora de Energia S.A.

Índice

	Página
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	11

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras

Aos:
Acionistas e Administradores da
Renova Comercializadora de Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da **Renova Comercializadora de Energia S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Renova Comercializadora de Energia S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (Atualmente denominada pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Encerramento do Plano de Recuperação Judicial (PRJ)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1, a Companhia e determinadas controladas protocolaram, em 16 de outubro de 2019, pedido de Recuperação Judicial, tendo ele sido deferido nessa mesma data, sendo posteriormente deferidos um novo pedido e novos aditamentos aos planos de recuperação judicial. Em 12 de fevereiro de 2025, o Juízo Recuperacional proferiu sentença de encerramento da Recuperação Judicial da Companhia controladora e de suas controladas, incluindo a Renova Com, no âmbito do processo nº 1103257-54.2019.8.26.0100 (“Grupo Renova Energia”). Embora a decisão tenha sido objeto de recurso, as partes posteriormente celebraram acordo, e em 23 de maio de 2025 o Juízo proferiu nova decisão integrando e ratificando a sentença anterior, confirmando o encerramento da Recuperação Judicial. O trânsito em julgado da decisão ocorreu em 15 de agosto de 2025. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15, às demonstrações financeiras, parte substancial do custo com compra de energia da Companhia são efetuadas com partes relacionadas, de acordo com as condições negociadas entre as partes e definidas contratualmente. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria correspondente ao exercício anterior

Os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo naquela data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 31 de março de 2025, sem modificação e com parágrafos de ênfase intitulados “Plano de Recuperação Judicial (PRJ) – Renova Energia”, “Transações com partes relacionadas” e “Compromissos futuros – Marcação a mercado dos contratos”. Os valores correspondentes relativos às demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

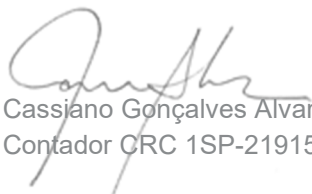
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter/manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 2 de abril de 2026.



Cassiano Gonçalves Alvarez
Contador CRC 1SP-219153/O-3

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-030.002/O-7





BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	7.215	2.960	Fornecedores	7	116.614	51.911
Aplicações financeiras	3	25.053	5.145	Tributos a recolher	10	1.285	842
Contas a receber de clientes	4	58.645	39.185	Salários, encargos e férias a pagar		725	639
Adiantamentos a fornecedores		155	534	Adiantamentos de clientes	9	15.586	265
Tributos a recuperar	5	3.646	716	Compromissos futuros	18.e)	53.205	76.712
Outros créditos		3	31	Partes relacionadas	11	2.914	5.059
Compromissos futuros	18.e)	89.629	63.415	Outras contas a pagar	12	3.137	-
Despesas antecipadas		1.854	-	Arrendamento a pagar	8	8.698	-
Total do ativo circulante		186.200	111.986	Total do passivo circulante		202.165	135.428
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Compromissos futuros	18.e)	169.991	213.868	Fornecedores	7	17	51.373
Imobilizado	6	107.326	-	Imposto de renda e Contribuição social diferidos	17)	39.883	39.123
Total do ativo não circulante		277.317	213.868	Compromissos futuros	18.e)	89.113	85.503
				Partes relacionadas	11	8.151	9
				Outras contas a pagar	12	43.243	-
				Arrendamento a pagar	8	30.732	-
				Total do passivo não circulante		211.139	176.008
TOTAL DO ATIVO				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		463.517	325.854	Capital social	13	746.585	667.141
				Prejuízos acumulados	13.1	(696.371)	(652.723)
				Total do patrimônio líquido		50.213	14.418
				TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		463.517	325.854

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EM 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
RECEITA LÍQUIDA	14	483.938	209.274
CUSTOS DOS SERVIÇOS			
Custo com compra de energia	15	(505.452)	(182.928)
Custo de operação	15	(2.788)	(388)
Depreciações e amortizações		(2.597)	-
Encargos de uso do sistema de distribuição		(217)	(131)
Total dos custos dos serviços	15	(511.054)	(183.447)
Compromissos futuros marcação a mercado	18.e)	2.234	(52.493)
RESULTADO BRUTO		(24.882)	(26.666)
DESPESAS			
Gerais e administrativas		(17.227)	(17.875)
Outras receitas (despesas) líquidas		342	(24)
Total	15	(16.885)	(17.899)
(PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(41.767)	(44.565)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		2.988	815
Despesas financeiras		(4.109)	(1.839)
Total	16	(1.121)	(1.024)
(PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(42.888)	(45.589)
Imposto de renda e contribuição social - correntes		-	(2.083)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	18.e)	(760)	17.847
Total		(760)	15.764
(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(43.648)	(29.825)
Prejuízo básico e diluído por ação (expressos em reais R\$)		(0,06)	(0,05)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EM 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
(Prejuízo) líquido do exercício	(43.648)	(29.825)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(43.648)</u>	<u>(29.825)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		667.141	(622.898)	44.243
Prejuízo líquido do exercício		-	(29.825)	(29.825)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		667.141	(652.723)	14.418
Aumento de capital social - com conversão de mútuo	11.2	79.444	-	79.444
Prejuízo líquido do exercício		-	(43.648)	(43.648)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	13	746.585	(696.371)	50.214

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EM 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo líquido do exercício		(43.648)	(29.825)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação	6	2.597	-
Juros sobre passivo de arrendamento	8	1.348	-
Juros (líquido) sobre partes relacionadas	11	524	14
Juros sobre contas a pagar	16	1.215	1.789
Compromissos futuros marcação a mercado	18.e)	(2.234)	52.493
Atualização e provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas		-	(51.682)
Juros sobre aplicações financeiras	16	(2.943)	(697)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	4	(19.460)	(12.683)
Adiantamentos a fornecedores		379	1.325
Tributos a recuperar		(2.930)	7.824
Outros créditos		(1.826)	(31)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	7	58.513	52.862
Tributos a recolher	10	890	(4.413)
Salários e férias a pagar		85	639
Adiantamento de clientes	9	15.321	265
Imposto de renda e Contribuição social diferidos		760	(17.848)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(448)	(688)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(8.144)</u>	<u>(656)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras	3	(16.965)	732
Aquisição de imobilizado	6	(68.365)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		<u>(85.330)</u>	<u>732</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de passivos de arrendamento	8	(3.476)	-
Partes relacionadas	11	84.917	2.761
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		<u>81.441</u>	<u>2.761</u>
AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>4.255</u>	<u>2.837</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	2.960	123
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	7.215	2.960
AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>4.255</u>	<u>2.837</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Renova Comercializadora de Energia S.A. (“Renova Comercializadora” ou “Companhia”), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Das Nações Unidas, 10.989, 8º andar conjunto 82, Brooklin Paulista - São Paulo – SP, foi constituída em 8 de novembro de 2012, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.

A Companhia é controlada pela Renova Energia S.A. (“Renova Energia”), sociedade de capital aberto que tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

1.1 Encerramento da Recuperação judicial

Em 16 de outubro de 2019 a controladora direta Renova Energia e suas controladas, incluindo a Companhia, protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Em 18 de dezembro de 2020 a Companhia e determinadas controladas protocolaram novos planos de recuperação judicial, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e um segundo plano contemplando a Controladora Renova Energia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizadas nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação do pelo Juízo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os passivos da Companhia negociados no âmbito da recuperação judicial estão centralizados na classe III conforme apresentado a seguir:

Classes	Saldo em 31/12/2024	Juros	Pagamentos	Adição	Saldo em 31/12/2025
Classe III - credores quirografários	48.926	1.112	(3.640)	-	46.398

Classes	Saldo em 31/12/2023	Juros	Pagamentos	Adição	Saldo em 31/12/2024
Classe III - credores quirografários	21	3.464	(4.558)	50.000	48.926

A Classe III é composta pelos credores quirografários que serão pagos da seguinte forma:

- Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 será pago a cada credor quirografário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 em até 90 dias e mais R\$ 1 em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados).
- O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- Durante os primeiros 24 meses, serão realizados pagamentos semestrais de R\$ 100 a ser distribuído de forma pro rata entre os credores quirografários na proporção dos seus respectivos créditos, iniciando-se a partir de 6 meses da data da publicação. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.
- O principal será pago em 24 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
2023	2,50%	2,50%
2024	2,50%	2,50%
2025	2,50%	2,50%
2026	2,50%	2,50%
2027	2,50%	2,50%
2028	2,50%	2,50%
2029	2,50%	5,00%
2030	5,00%	5,00%
2031	5,00%	5,00%
2032	5,00%	5,00%
2033	5,00%	5,00%
2034	10,00%	12,50%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Principais fatos da recuperação judicial:

Em 12 de fevereiro de 2025, o Juízo Recuperacional proferiu sentença de encerramento da Recuperação Judicial da Companhia controladora e de suas controladas, incluindo a Renova Com, no âmbito do processo nº 1103257-54.2019.8.26.0100 (“Grupo Renova Energia”). Embora a decisão tenha sido objeto de recurso, as partes posteriormente celebraram acordo, e em 23 de maio de 2025 o Juízo proferiu nova decisão integrando e ratificando a sentença anterior, confirmando o encerramento da Recuperação Judicial. O trânsito em julgado da decisão ocorreu em 15 de agosto de 2025, permanecendo apenas pendente o arquivamento final dos autos.

A sentença de encerramento foi proferida nos termos do art. 63 da Lei nº 11.101/2005 (“LRF”), reconhecendo o cumprimento integral das obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial. Esse cumprimento abrangeu todas as medidas e obrigações estabelecidas no Plano, evidenciando que o Grupo Renova Energia — incluindo a Renova Comercializadora — implementou integralmente os compromissos assumidos com os credores, dentro dos prazos, termos e condições originalmente pactuados.

O encerramento da Recuperação Judicial representa um marco importante no processo de reestruturação do Grupo, consolidando maior estabilidade operacional e financeira, sustentabilidade de longo prazo e maior capacidade de planejamento e execução de suas atividades. A Renova Comercializadora, como subsidiária integrante do Grupo, também se beneficia desse ambiente de estabilidade, continuando a cumprir regularmente as obrigações remanescentes, incluindo o pagamento do saldo do passivo concursal de R\$ 46.398, conforme previsto nas disposições finais do Plano.

A íntegra dos Planos de Recuperação Judicial aprovados, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com os Planos de Recuperação Judicial propriamente dito.

1.2 Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou um prejuízo de R\$43.648 (R\$29.825 em 31 de dezembro de 2024), e possui prejuízos acumulados de R\$696.371 (R\$652.723 em 31 de dezembro de 2024), bem como capital circulante líquido no montante negativo de R\$15.965 (capital circulante líquido negativo de R\$23.442 em 31 de dezembro de 2024).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Com o objetivo de melhorar esse cenário a Companhia contratou, em 20 de março de 2023, assessores externos para auxiliar na avaliação de alternativas financeiras e estratégicas com o objetivo de otimizar sua estrutura de custos de capital e seu perfil de endividamento junto aos seus credores, em outubro de 2024 os assessores em conjunto com a Companhia concluíram a avaliação e o alinhamento estratégico.

A recuperação judicial faz parte da reestruturação da Companhia e tem por objetivo recuperar a saúde financeira e preparar uma base sólida para os próximos anos, com foco na rentabilidade dos negócios.

2. Políticas Contábeis

2.1 Políticas contábeis materiais

2.1.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e, também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

2.1.2. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo exceto quando indicado, foi aprovada pela diretoria, em 2 de abril de 2026, para que seja submetida à aprovação dos Acionistas em Assembleia Geral.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.1.3. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

A seguir demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia esses ativos e toma decisão de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota 3);
- Aplicações financeiras (nota 3); e

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. O principal ativo financeiro que a Companhia possui e mantém classificado nesta categoria é o contas a receber de clientes (nota 4).

c) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia compreendem:

- Fornecedores (nota 7); e
- Partes relacionadas (nota 11).
- Adiantamento de clientes (nota 9).

d) Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos na Companhia referem-se a operações de compra e venda de energia, sendo transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente conversíveis em montante financeiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o CPC 48 e são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço

2.2 Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.2.1 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo das contraprestações recebidas ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e mútuos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

2.2.2 Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro tributável do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

2.2.3 Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. O principal julgamento, estimativa e premissa utilizado para a elaboração dessas demonstrações financeiras está listado a seguir:

a) Provisão para perdas judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais que são classificados de acordo com o risco de perda: provável, possível e remoto. A análise quanto a probabilidade de perda é realizada pela Administração com auxílio dos assessores legais externos e devidamente corroborada pelo departamento jurídico. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica.

As provisões para demandas judiciais são constituídas para todos os processos cuja probabilidade de perda seja provável, dessa forma a Companhia constituiu provisões suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

b) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (IFRS 13), que determina certas técnicas de avaliação. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros, ver nota 18.

2.4. Ativo imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados nas imobilizações em curso. Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não são vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa para a capitalização dos custos desses empréstimos.

As licenças ambientais prévias e de instalação, obtidas na fase de planejamento do empreendimento e na instalação dele, consecutivamente, são reconhecidas como custo dos ativos das pequenas centrais hidrelétricas, parques eólicos e usinas de geração solar.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As taxas de depreciação estão de acordo com a Resolução Normativa nº 674/2015 emitida pela ANEEL pelo fato de a Administração entender que essas taxas de depreciação refletem a melhor estimativa de vida útil dos ativos e, portanto, são utilizadas pela Companhia e suas controladas para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

2.5. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a exercício de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027*. O novo padrão introduz os seguintes novos requerimentos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, investimento, financiamento, operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

* Para fins de esclarecimentos, exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, consideram encerramentos anuais após 2026.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.

Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7);

IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em 09 de maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações emitidas (*Subsidiaries Without Public Accountability: Disclosures*). As divulgações permitem que as subsidiárias elegíveis utilizem as Normas contábeis IFRS com divulgações reduzidas (sem alterar aspectos de reconhecimento, mensuração e apresentação existentes nas IFRS completas).

O IFRS 19 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. No entanto, as empresas poderão adotá-lo antecipadamente, desde que haja autorização dos reguladores competentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Informações financeiras relacionadas a sustentabilidade

Conforme publicação da Resolução 193, em 20 de outubro de 2023, a CVM prevê a divulgação de relatório de informações financeiras relacionadas a sustentabilidade com base no padrão internacional ISSB - IFRS S1 e S2

Pronunciamentos	Principais aspectos
IFRS S1	Quaisquer informações que possam razoavelmente afetar, no curto, médio ou longo prazos: i. Fluxos de caixa prospectivos; ii. Acesso a financiamento; iii. Custo de capital; iv. Investimentos ou desinvestimentos
IFRS S2	Devem ser divulgadas informações materiais (qualitativas + quantitativas) relacionadas a riscos e oportunidades climáticos, que atendam à necessidade de informação dos investidores i. Riscos Físicos e ii. Riscos de Transição

Reforma Tributária Brasileira

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a reforma tributária brasileira sobre o consumo. A reforma trouxe mudanças significativas no sistema tributário nacional, com o objetivo de simplificar a arrecadação, reduzir a burocracia e promover maior justiça fiscal. Entre as principais mudanças, destaca-se a criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), modelo de IVA dual que substituirá os atuais tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS.

A transição para o novo sistema começará em 2026, de forma escalonada, com implementação integral em 2033.

3. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	1.438	180
Aplicações financeiras ^{a)}	25.053	5.145
Aplicações financeiras de liquidez imediata	5.777	2.780
Total	32.268	8.105
Apresentados como:		
Caixa e equivalentes de caixa	7.215	2.960
Aplicações financeiras	25.053	5.145
Total	32.268	8.105

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a menor risco de mudança de valor e foram classificadas como equivalentes de caixa. Esses investimentos financeiros referem-se a instrumentos de renda fixa remunerados a taxa média de 100,39% do CDI.

a) O aumento do saldo de aplicações da Renova Comercializadora ocorreu em razão do aporte de recursos em conta escrow, constituída como garantia para viabilizar a operação do Datacenter.

Os valores encontram-se aplicados em CDB com remuneração equivalente a 100% do CDI, permanecendo vinculados à referida estrutura de garantia. Cumpre mencionar que esses recursos possuem natureza temporária, sendo que a liberação está prevista para ocorrer nos próximos meses, conforme avanço das etapas operacionais do projeto.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2025	31/12/2024
Comercialização Mercado livre ^(a)	39.995	20.289
Partes relacionadas	18.616	18.856
Outros clientes	34	40
Total	<u>58.645</u>	<u>39.185</u>

a) Os saldos registrados em 31 de dezembro de 2025 são compostos predominantemente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de aproximadamente 12 dias, para os quais não são esperadas perdas na sua realização, considerando o perfil da carteira e o histórico de adimplência. O aumento do saldo de contas a receber resulta da melhoria no desempenho operacional dos ativos, dos reajustes aplicados aos contratos de venda de energia no mercado regulado e do incremento na comercialização de energia no mercado livre, realizada a preços mais elevados.

5. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2025	31/12/2024
IRRF a Compensar	124	21
COFINS a recuperar	2.903	-
PIS a recuperar	594	-
Saldo negativo de IRPJ a Compensar	18	688
Outros impostos a compensar	7	7
Total	<u>3.646</u>	<u>716</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de IRRF a compensar, decorre principalmente dos valores retidos sobre rendimentos de aplicações financeiras. Os saldos de PIS e COFINS a Recuperar decorrem das operações de compra de energia para revenda. Os montantes correspondentes a saldo negativo de IRPJ, IRRF a compensar, e outros tributos a compensar serão compensados com débitos de tributos federais ao longo de 2026 e 2027.

6. IMOBILIZADO

	Saldos em 31/12/2024	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2025
Imobilizado em curso				
Geração				
A ratear	-	34.373	-	34.373
Terrenos	-	350	-	350
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	15.036	-	15.036
Equipamentos de subestação	-	5.044	-	5.044
Estudos e projetos	-	48	-	48
Adiantamentos a fornecedores	-	13.514	-	13.514
Total do imobilizado em curso	<u>-</u>	<u>68.365</u>	<u>-</u>	<u>68.365</u>
Direito de uso				
Geração				
Contratos de arrendamento	-	41.558	-	41.558
(-) Amortização contratos de arrendamento - despesa	-	(2.597)	-	(2.597)
Total direito de uso	<u>-</u>	<u>38.961</u>	<u>-</u>	<u>38.961</u>
Total do imobilizado	<u>-</u>	<u>107.326</u>	<u>-</u>	<u>107.326</u>

As adições ao imobilizado no exercício referem-se, predominantemente, aos investimentos destinados à implementação do Projeto Satoshi no Complexo Eólico Alto Sertão III, na Bahia. O projeto aproveita a infraestrutura existente para oferecer uma solução integrada a grandes consumidores, combinando comercialização de energia e infraestrutura digital para processamento de dados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. FORNECEDORES

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fornecedores partes relacionadas	75.064	38.750
Fornecedores	41.549	15.608
Fornecedores recuperação judicial (i)	19	48.926
Total	<u>116.632</u>	<u>103.284</u>
Apresentados como:		
Circulante	116.615	51.911
Não circulante	17	51.373
Total	<u>116.632</u>	<u>103.284</u>

(i) Reclassificação de R\$ 45.991 entre fornecedores e outras contas a pagar nota 12

O aumento na linha de fornecedores está relacionado ao maior volume de compras de energia, realizado a preços mais elevados no exercício, impactando diretamente o classe de transação.

8. DIREITO DE USO – ARRENDAMENTOS A PAGAR

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>		<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo			Passivo		
Não circulante			Circulante		
Imobilizado			Arrendamentos a pagar	13.385	-
Direito de uso do ativo			(-) Ajuste a valor presente	(4.687)	-
arrendado	41.557	-	Total circulantes de		
(-) Direito de uso - contrato			Equipamentos	<u>8.698</u>	<u>-</u>
de arrendamento	(2.597)	-			
Total de Equipamentos	<u>38.960</u>	<u>-</u>	Não circulante		
			Arrendamentos a pagar	36.808	-
			(-) Ajuste a valor presente	(6.076)	-
			Total do passivo não		
			circulante de Equipamentos	<u>30.732</u>	<u>-</u>
Ativo total	<u>38.960</u>	<u>-</u>	Passivo total	<u>39.430</u>	<u>-</u>

Em 2025, a Companhia passou a reconhecer arrendamentos de equipamentos conforme o CPC 06 (R2), registrando ativo de direito de uso e obrigação de arrendamento, mensurados pelo valor presente dos pagamentos e apropriados ao resultado por depreciação e despesa financeira.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2025, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

Ano de vencimento	Equipamentos	
	Juros	Principal
Circulante		
jan/2026 a dez/2026	4.687	13.385
<u>Não circulante</u>		
jan/2027 a dez/2027	3.460	13.314
jan/2028 a dez/2028	2.084	13.425
jan/2029 a dez/2029	532	10.069
	6.076	36.808
Total	<u>10.763</u>	<u>50.193</u>

9. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos de clientes	15.586	265
Total	<u>15.586</u>	<u>265</u>

Os saldos referem-se a adiantamentos recebidos de clientes vinculados à aquisição de ativos imobilizados e de equipamentos destinados a operacionalização de um novo segmento da Companhia.

10. TRIBUTOS A RECOLHER

	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ a pagar	-	309
CSLL a pagar	-	138
COFINS a recolher	744	197
PIS a recolher	161	42
ICMS a recolher	43	-
INSS a recolher	34	29
FGTS a recolher	12	17
IRRF sobre folha	51	88
Tributos sobre operações de mútuo	4	1
Tributos retidos de terceiros	236	21
TOTAL	<u>1.285</u>	<u>842</u>

Os saldos de PIS e COFINS a recolher decorrem do resultado da apuração pela Companhia em decorrência das receitas de comercialização de energia elétrica.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

	Ativo		Passivo		Resultado			
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	Resultado Operacional		Resultado Financeiro	
					31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Mútuo								
Renova Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(3)
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA.	-	-	28	(1)	-	-	(54)	(4)
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	-	-	-	-	-	-	(32)	(1)
Centrais Eólicas Angelim S.A.	-	-	1.304	10	-	-	(4)	(1)
Centrais Eólicas Cedro S.A.	-	-	702	-	-	-	(2)	(3)
Centrais Eólicas Acácia S.A.	-	-	1.404	-	-	-	(43)	(1)
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.	-	-	201	-	-	-	(57)	(1)
Centrais Eólicas Abil S.A.	-	-	-	-	-	-	(43)	-
Centrais Eólicas Angico S.A.	-	-	-	-	-	-	(35)	-
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	-	-	-	-	-	-	(37)	-
Centrais Eólicas Sabiu S.A.	-	-	1.003	-	-	-	(4)	-
Centrais Eólicas São Salvador S.A.	-	-	-	-	-	-	(1)	-
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	-	-	-	-	-	-	(45)	-
Centrais Eólicas Tabua S.A.	-	-	1.203	-	-	-	(53)	-
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A.	-	-	1.003	-	-	-	(6)	-
Centrais Eólicas Unha D'Anta S.A.	-	-	-	-	-	-	(29)	-
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	-	-	-	-	-	-	(75)	-
Centrais Eólicas Facheio S.A.	-	-	401	-	-	-	(1)	-
Centrais Eólicas Jatai S.A.	-	-	902	-	-	-	(3)	-
	-	-	8.151	9	-	-	(524)	(14)
Adiantamento fornecedor								
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A.	140	140	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Vellozia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Pau D'Água S.A.	-	370	-	-	-	-	-	-
	140	510	-	-	-	-	-	-
Rateios de despesa ^(b)								
Renova Energia S.A.	-	-	2.914	5.059	(9.837)	(9.869)	-	-
Alto Sertão III								
Venda de energia	18.616	18.856	-	-	55.011	31.830	-	-
Compra de energia	-	-	75.064	38.750	(185.680)	(141.446)	-	-
	18.616	18.857	75.064	38.750	(130.669)	(109.616)	-	-
Total	18.756	19.367	86.129	43.819	(140.506)	(119.485)	(524)	(14)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11.1 Resumo das operações

As principais condições das operações entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- Mútuos – refere-se a recursos recebidos de outras controladas com o objetivo de suprir a necessidade de caixa da Companhia. Esses contratos de mútuos estão sujeitos a correção pela TR e sem garantias reais.
- Adiantamento de fornecedor – adiantamentos referentes a compra de energia.
- Rateio de despesa - refere-se a reembolso de despesas realizadas de forma centralizada pela controladora Renova Energia que são rateadas e reembolsadas pelas controladas. Essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia.

11.2 Movimentação

	<u>Passivo</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>2.293</u>
Adição	12.448
Amortização	(9.687)
Encargos financeiros provisionados	14
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>5.068</u>
Adição	96.899
Amortização	(11.981)
Encargos financeiros provisionados	524
Conversão de mútuo em Capital Social	(79.444)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>11.065</u>

11.3 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração dos administradores da Companhia está centralizada na controladora Renova Energia, e é rateada entre as controladas do grupo, conforme exposto no item (c) acima.

12. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Processos cíveis, em razão da rescisão unilateral do contrato pela Light conforme demonstrado na nota 1.1.2. (Classe III)	45.991	-
Outros	389	-
Total	<u>46.380</u>	<u>-</u>
Apresentados como:		
Circulante	3.137	-
Não circulante	43.243	-
Total	<u>46.380</u>	<u>-</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia e a Light Comercializadora de Energia S.A ("Light Com"), se compuseram para extinção de todas as demandas que estavam pendentes acerca da rescisão do Contrato Light I. Diante da composição as ações foram reclassificadas como remotas e excluídas após o arquivamento dos autos, considerando a inclusão no quadro geral de credores do crédito de R\$46 milhões em favor da Light Com, Classe III.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1 Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$746.585 e está representado por 746.585.447 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2024, é de R\$667.141 está representado por 667.141.365 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 30 de setembro de 2025, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou aumento de capital no montante de R\$79.444, mediante a emissão de 79.444 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas com a capitalização dos créditos de mútuo detidos pela acionista Renova Energia contra a Companhia, no valor de R\$79.444.

13.2 Lucro (prejuízo) por ação

O prejuízo básico por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período. A Companhia não possui diluição de ações.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos lucros (prejuízos) básico por ação para cada um dos períodos apresentados na demonstração de resultados:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Prejuízo líquido do exercício	(43.648)	(29.825)
Prejuízo básico e diluído por ação:		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	<u>687.166</u>	<u>551.934</u>
Prejuízo básico por ação (em R\$)	<u>(0,06)</u>	<u>(0,05)</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. RECEITA LIQUIDA

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Comercialização		
Operações - comercialização de energia elétrica	533.261	230.575
Deduções s/ receitas:		
(-) Tributos s/ receita (PIS/COFINS)	(49.323)	(21.301)
Total	<u>483.938</u>	<u>209.274</u>

O crescimento da Receita é decorrente do melhor desempenho dos nossos ativos, dos reajustes nos preços dos contratos de energia no mercado regulado e do aumento na comercialização de energia no mercado livre a preços mais elevados.

15. CUSTOS E (DESPESAS) RECEITAS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Custos		
Compra de energia ⁽ⁱ⁾	(505.452)	(182.928)
Custo de operação		
Taxas	(2.788)	(388)
Encargos de uso do sistema de distribuição	(217)	(131)
	<u>(3.005)</u>	<u>(519)</u>
Depreciações e amortizações	(2.597)	-
Total custo de operação	<u>(511.054)</u>	<u>(183.447)</u>
Despesas		
Gerais e administrativas		
Pessoal e administradores	(9.562)	(5.849)
Serviços de terceiros	(5.980)	(10.820)
Outras despesas	(1.685)	(1.206)
	<u>(17.227)</u>	<u>(17.875)</u>
Outras receitas (despesas) líquidas		
Outras (despesas) receitas	342	(24)
Total despesa	<u>(16.885)</u>	<u>(17.899)</u>

(i) Refere-se a aquisição de energia para revenda para honrar os compromissos assumidos nos contratos de venda de energia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.943	697
Outras receitas financeiras	184	158
(-) Pis/Cofins s/ receita financeira	(139)	(40)
Total das receitas financeiras	<u>2.988</u>	<u>815</u>
Despesas financeiras		
Juros - partes relacionadas (nota 11)	(524)	(14)
Juros sobre obrigação de arrendamento	(1.348)	-
IOF	(953)	(26)
Juros	(1.215)	(1.789)
Outras despesas financeiras	(69)	(10)
	<u>(4.109)</u>	<u>(1.839)</u>
Total do resultado financeiro	<u>(1.121)</u>	<u>(1.024)</u>

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(43.648)	(45.589)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	<u>14.840</u>	<u>15.500</u>
<u>Exclusões (adições) permanentes</u>		
Despesas não dedutíveis	(538)	(129)
<u>Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:</u>		
Provisões temporárias	(312)	(422)
Prejuízo fiscal e base negativa	(14.474)	903
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	<u>-</u>	<u>15.852</u>
IR e CS Correntes	-	(2.083)
IR e CS Diferidos	(760)	17.848
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	<u>(760)</u>	<u>15.764</u>

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas apresentadas abaixo:

	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixas	7.215	2.960	7.215	2.960
Aplicações financeiras	25.053	5.145	25.053	5.145
Contas a receber	58.645	39.185	58.645	39.185
Compromissos futuros	89.629	63.415	89.629	63.415
Não circulante				
Compromissos futuros	169.991	213.868	169.991	213.868
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	116.614	51.911	116.614	51.911
Adiantamentos de clientes	15.586	265	15.586	265
Compromissos futuros	53.205	76.712	53.205	76.712
Não circulante				
Fornecedores	17	51.373	17	51.373
Partes relacionadas	8.151	9	8.151	9
Compromissos futuros	89.113	85.503	89.113	85.503

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	7.215	-	2.960	-
Aplicações financeiras	25.053	-	5.145	-
Contas a receber de clientes	-	58.645	-	39.185
Compromissos futuros	89.629	-	63.415	-
Não circulante				
Compromissos futuros	169.991	-	213.868	-
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	116.614	-	51.911
Adiantamentos de clientes	-	15.586	-	265
Compromissos futuros	53.205	-	76.712	-
Não circulante				
Fornecedores	-	17	-	51.373
Partes relacionadas	-	8.151	-	9
Compromissos futuros	89.113	-	85.503	-

b) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

c) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

d) Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na data base de 31 de dezembro de 2025, foram adotadas as seguintes premissas:

- definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciado por fonte externa independente (Cenário I);
- definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente); e
- apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e suas controladas.

Os saldos apresentados nos quadros a seguir contemplam os valores consolidados.

Risco	Operação	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - variação de 25%	Cenário III - variação de 50%
	Taxa CDI efetiva em 31 de dezembro de 2025	14,34%	14,34%	14,34%
	Taxa IPCA efetiva em 31 de dezembro de 2025	4,26%	4,26%	4,26%
Baixa do CDI	Aplicações financeiras:	30.830	30.830	30.830
	Taxa anual estimada do CDI para 2025	14,34%	10,76%	7,17%
	Perda anual nas aplicações financeiras	-	(1.119)	(2.238)
Queda do IPCA	MtM:	117.302	117.302	117.302
	Taxa anual estimada do IPCA para 2025	4,26%	3,20%	2,13%
	Perda anual nos compromissos futuros	-	(1.258)	(2.517)

Para as aplicações financeiras o cenário provável considera as taxas futuras da SELIC, que é base para determinação da taxa CDI, conforme expectativas obtidas junto ao Banco Central do Brasil, com horizonte de um ano, 14,34%. Os cenários II e III consideram uma redução dessa taxa em 25% (10,76% a.a.) e 50% (7,17% a.a.), respectivamente. Estas projeções também são realizadas para compromissos futuros de marcação ao mercado e outras operações que são vinculados a taxa IPCA, conforme expectativas obtidas junto ao Banco Central do Brasil, com horizonte de um ano 4,26%, considerando um aumento dessa taxa em 25% (3,20% a.a.) e 50% (2,13% a.a.).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

e) Valor justo dos contratos de energia

Os contratos celebrados pela Renova Comercializadora visam a comercialização de energia elétrica de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentadas pela ANEEL, aplicáveis a todos os agentes registrados na CCEE. Essas transações são mantidas para recebimento ou entrega até a data de liquidação da operação prevista no contrato, de acordo com os requisitos contratuais de compra e venda.

Estes contratos de compromissos futuros são mensurados ao valor justo utilizando-se das melhores informações disponíveis e observáveis, sendo utilizada como melhor estimativa curva de preços *forward* calculada por empresa independente contratada pela Companhia, com atuação de referência no Setor Elétrico Brasileiro. Deste modo, o resultado da diferença entre a curva de preço do contrato e a curva de preço *forward* é contabilizado como Marcação a Mercado (MtM) do Instrumento Financeiro Derivativo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a mensuração líquida do valor justo dos contratos de compra e venda de energia, impactou positivamente o lucro bruto no montante de R\$2.234 substancialmente pela atualização da curva de preços, (no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 impactou negativamente em R\$52.493).

	Hierarquia	31/12/2025	31/12/2024
Ativos			
Circulante	Nível 1	89.629	63.415
Não circulante	Nível 1	169.991	213.868
		259.620	277.283
Passivos			
Circulante	Nível 1	(53.205)	(76.712)
Não circulante	Nível 1	(89.113)	(85.503)
		(142.318)	(162.215)
Total		117.302	115.068
		31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial		115.068	167.561
Compromissos futuros marcação a mercado		2.234	(52.493)
Saldo final		117.302	115.068
Imposto de renda e Contribuição social diferidos		(760)	17.848

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Outras contas x fornecedor	12	46.380	-
Direito de uso - Arrendamento	8	41.557	-

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

Serviço de Exportação de Processamento de Dados

Após o encerramento do exercício, a Companhia registrou avanço relevante na operação de serviços de exportação de processamento de dados, realizada por meio de Data Center existente no Complexo Eólico Alto Sertão III, na Bahia, que entrou em operação em dezembro de 2025 e se encontra em fase final de implantação. A operação possui capacidade total prevista de 80 MW, dos quais 40 MW já se encontram em operação, em decorrência da conclusão da mobilização e do posicionamento dos módulos da fase inicial. A operação integral está prevista para ocorrer no segundo trimestre de 2026.

O serviço de exportação de processamento de dados utiliza a infraestrutura existente no Complexo Eólico Alto Sertão III, na Bahia, por meio de Data Center. A iniciativa contempla a disponibilização de infraestrutura digital completa para processamento de dados, conectando a carga diretamente à subestação do complexo.

Essa configuração possibilita que o Data Center opere como uma “bateria acoplada à geração”, contribuindo para a mitigação do *curtailment* e para o uso mais eficiente da energia produzida, sem demandar investimentos significativos em novas conexões ou reforços de rede. A evolução registrada no período subsequente reforça o compromisso da Companhia com soluções inovadoras e com a otimização de sua matriz operacional.